

**OS GRILHÕES DA AUTONOMIA: NEOLIBERALISMO E PRECARIZAÇÃO  
DAS CONDIÇÕES DO TRABALHO SUBMETIDO ÀS PLATAFORMAS DIGITAIS  
DURANTE 2020-2024.**

Sara Gabrielle Francisco de Souza<sup>1</sup>

Anderson Deo<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo, tem como objeto mudanças no mundo do trabalho na década de 2020, no Brasil, especialmente no que tange a categoria dos trabalhadores plataformizados e entregadores de aplicativo. Entendemos o neoliberalismo como uma reação econômica, política e ideológica para reanimar o capitalismo mundial que tem sua origem no imediato pós Segunda Guerra Mundial enquanto teoria, entretanto, é somente a partir de 1970 que tais formulações começam a ganhar terreno político. Dessa forma, nas últimas décadas no Brasil as políticas neoliberais passaram a ser aplicadas com maior expressividade, a pesquisa se propõe a entender quais são os impactos materiais da hegemonia neoliberal no que tange a questões trabalhistas, sobretudo seus impactos na realidade concreta dos entregadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Neoliberalismo; trabalho; entregadores; precarização.

**ABSTRACT:** This article is about changes in the world of work in the 2020s in Brazil, especially with regard to the category of platform workers and app delivery workers. We understand neoliberalism as an economic, political and ideological reaction to revive world capitalism that has its origins in the immediate aftermath of the Second World War as a theory; however, it is only since the 1970s that these formulations begin to gain political ground. Thus, in the last few decades, neoliberal policies have been applied with greater expressiveness in Brazil. The research aims to understand the material impacts of neoliberal hegemony on labor issues, especially its impacts on the concrete reality of delivery workers.

**KEYWORDS:** Neoliberalism; work; delivery workers; precariousness.

**RESUMEN:** Este artículo se centra en los cambios en el mundo del trabajo en la década de 2020 en Brasil, especialmente en lo que respecta a la categoría de trabajadores de plataformas y trabajadores de entrega de aplicaciones. Entendemos el neoliberalismo como

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Sociais na UNESP - FFC.

<sup>2</sup> Orientador desta Iniciação Científica, professor associado da UNESP - FFC vinculado a pós graduação.

una reacción económica, política e ideológica para revivir el capitalismo mundial que se originó inmediatamente después de la Segunda Guerra Mundial como una teoría; sin embargo, fue sólo en la década de 1970 que estas formulaciones comenzaron a ganar terreno político. Así, en las últimas décadas, las políticas neoliberales se han aplicado con mayor expresividad en Brasil, y la investigación tiene como objetivo comprender los impactos materiales de la hegemonía neoliberal en las cuestiones laborales, especialmente sus impactos en la realidad concreta de los trabajadores de reparto.

PALABRAS CLAVE: Neoliberalismo; trabajo; repartidores; precariedad.

### **Introdução**

O ideário político-econômico de resgate da ortodoxia liberal, genericamente identificado como modelo neoliberal, tem sua origem no imediato Pós-Segunda Guerra Mundial em países da Europa Ocidental e da América do Norte. Com as proposições de Friedrich Hayek, a partir de seu livro *O caminho da servidão* (1944) e o surgimento da Sociedade Mont Pèlerin<sup>3</sup> (1947), as duas iniciativas, de maneira geral, representavam um ataque contra qualquer limitação do mercado por parte do Estado, pois isso representaria uma ameaça à liberdade tanto econômica quanto política. Hayek argumentava que a igualdade social promovida pelo Estado de bem-estar destruía a liberdade dos cidadãos pois afetava a concorrência, nesse sentido, a desigualdade é posta como um valor positivo e necessário da qual dependiam as sociedades ocidentais. Os objetivos do neoliberalismo nesse momento eram principalmente dois: combater o keynesianismo e preparar as bases para um outro tipo de capitalismo, mais rígido e livre de regras (Anderson, 1995). Portanto, compreendemos o neoliberalismo como uma reação econômica, política e ideológica para reanimar o capitalismo mundial que vai afetar fortemente o mundo do trabalho.

A partir da década de 1970, com a Crise do Petróleo, tais formulações começam a ganhar terreno político. Com a chegada da crise do modelo econômico do pós-guerra, todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa recessão, com baixas taxas de crescimento consequência do esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista do pós Primeira

---

<sup>3</sup> A criação da Sociedade Mont Pelerin está estreitamente ligada às ideias de Hayek e à estratégia política proposta por ele para se contrapor às tendências socialistas que os liberais consideravam dominantes na Europa da época, diante disso, foi realizada uma reunião em Mont Pelerin, os participantes eram economistas europeus e norte-americanos conhecidos e que teriam o objetivo de desempenhar papel importante na divulgação do liberalismo em seus países. O apoio financeiro fornecido por vários grupos econômicos foi fundamental para a realização do encontro. A Sociedade Mont Pelerin foi fundada ao final da reunião, em 1947, tendo Friederich Hayek como Presidente. (Gros, 2008)

Guerra Mundial, entretanto, todos esses elementos são apenas expressões de um cenário de crise estrutural do próprio capital.

Na medida em que a longa fase de expansão do pós-guerra chegava a seu fim, em que os principais motores da expansão começaram a se esgotar, em que o crescimento da produção a longo prazo devia diminuir, as contradições da economia capitalista se mostraram mais graves, tanto para cada país imperialista quanto entre eles, assim como entre eles e os países semicoloniais ou dependentes. As fases de boom estavam condenadas a ficar mais curtas (a de 1972/73 foi em larga medida especulativa), enquanto as fases de estagnação, ou mesmo de recessão, se alongavam (Mandel, 1990, p. 13).

A recessão representou o esgotamento da onda longa expansiva, que começou nos Estados Unidos em 1940 e que durou até o final dos anos 60, “É uma crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das relações de produção capitalistas e de todas as relações sociais burguesas” (Mandel, 1990, p. 13). Como resposta à crise inicia-se um processo de reorganização econômica, política e ideológica com objetivo de manutenção da estrutura capitalista. Nesse sentido, os defensores do neoliberalismo vão afirmar que as raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário de maneira geral, estes teriam dificultado as bases de acumulação capitalista com suas reivindicações salariais e com outros gastos sociais.

Diante disso, a solução oferecida pelos neoliberais era clara: manter um estado forte em sua capacidade de conter o poder sindical, mas, fraco no que tange a gastos sociais e intervenções econômicas; a intervenção estatal na economia passa a ser associada à rigidez e ao imobilismo. Nesse sentido, deveria ser restaurada a taxa “natural” de desemprego, a estabilidade monetária deveria ser a meta de qualquer governo. Dessa forma, as ideias neoliberais representariam os interesses burgueses, uma vez que as reformas fiscais que objetivavam redução de impostos favoreceriam os grupos com maior renda. É na virada da década de 1970/1980 que observamos nos países de capitalismo avançado o triunfo do neoliberalismo, com a vitória de diversos governos de direita.

### **Desenvolvimento do neoliberalismo**

O neoliberalismo representa desde seu início um ataque do capital contra a classe trabalhadora<sup>4</sup> e ao meio ambiente através de suas ações destrutivas que empurram cada vez mais pessoas à precarização e eleva cada vez mais a intensidade dos níveis de desemprego. Como já enfatizado por Marx, em momentos de crise do capitalismo a exploração contra a

---

<sup>4</sup> A pesquisa compreende que “classe trabalhadora” hoje abarca a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos (no sentido dado por Marx). Incorpora, portanto, a totalidade do trabalho coletivo assalariado, inclusive, os trabalhadores considerados improdutivos, mas que são vitais para a sobrevivência do sistema (Antunes, 2020).

classe trabalhadora se intensifica. “Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital.” (Antunes, 2020, p. 36). Nesse sentido, o processo de reestruturação produtiva pode ser entendido como elemento restaurador da hegemonia capitalista nas diversas esferas da sociabilidade, cultua um individualismo exacerbado contra formas de solidariedade e atuação coletiva e social, as mudanças na esfera produtiva que impactam as relações de trabalho influenciam em diversas outras mudanças culturais.

Essas experiências demonstram o quanto o neoliberalismo para além de um conjunto de políticas econômicas a serem implementadas alcançava também grande hegemonia ideológica. Enquanto ideologia o neoliberalismo é impulsionado, a partir da década de 1990, com o fim da URSS. Diante disso, no início, somente governos abertamente de extrema direita colocam em prática as políticas neoliberais, “depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal” (Anderson, 1995, p. 14). Compreendendo que o projeto neoliberal serve a manutenção da estrutura capitalista, decorre disto que, quaisquer governos que em último caso pretendem a manutenção da ordem, mesmo os que para atingir esse objetivo se utilizem de políticas mais a esquerda, em algum nível serão compelidos a colocarem em prática políticas neoliberais.

Se o objetivo central do neoliberalismo era reanimar o capitalismo restaurando as altas taxas de crescimentos, estáveis como as que existiam antes da crise dos anos 1970, nesse aspecto o projeto não foi exitoso. A chamada “Era de Ouro” do capitalismo havia ficado para trás. Contudo, o projeto neoliberal continuou a ter vitalidade, sendo hegemônico em partidos e governos, “O temário político segue sendo ditado pelos parâmetros do neoliberalismo, mesmo quando seu momento de atuação econômica parece amplamente estéril ou desastroso.” (Anderson, 1995, p. 17). Nos países que primeiro adotaram o receituário neoliberal, o Reino Unido com Margaret Thatcher e os Estados Unidos, com Reagan, chegaram à década de 1990 enfrentando grandes problemas sociais e econômicos (Gonçalves, 1994). No entanto, por outro lado, ideologicamente enraizavam cada vez mais seus valores na sociedade.

### **Neoliberalismo no Brasil e reestruturação produtiva**

No Brasil, e na América Latina de modo geral, as políticas neoliberais começam a ser aplicadas com maior expressividade a partir do Consenso de Washington<sup>5</sup>, em 1989. As propostas foram defendidas como modernizadoras em oposição ao atraso de nossas estruturas econômicas e políticas. Nesses países o neoliberalismo passou a representar a grande solução para as crises econômicas que enfrentavam. O Brasil, especificamente, vinha enfrentando profunda crise econômica, política e social, desdobramento direto do fim da Ditadura Militar.

Nesse sentido, nacionalmente as ideias de Estado mínimo propagadas pelo neoliberalismo vão ganhar força de modo mais acentuado. Por conta de problemas concretos internos resultantes da Ditadura Militar e as gestões insatisfatórias que vieram com a “redemocratização”, o governo Sarney (1985-1990) encerrou seu mandato sendo visto como um fracasso econômico e político por conta do Plano Cruzado. Em seguida Collor (1990-1992) assume e apesar de inicialmente ter amplo apoio, ao longo de sua gestão toma decisões que pouco contribuem para solucionar a grande crise econômica que o país enfrentava e seu governo se torna desastroso. Se a população sai do período ditatorial com certo otimismo em relação à democracia, isso logo acaba por conta das péssimas políticas implementadas. Setores conservadores vão se aproveitar desse contexto para responsabilizar o Estado e seu “gigantismo” e toda a máquina pública, pelos problemas do país. Em linhas gerais, o neoliberalismo passou a encontrar terreno fértil para se propagar.

Vale destacar que a crítica neoliberal ao Estado é meramente ideológica. No Brasil a crítica ao Estado interessava e ainda interessa em particular aos grandes grupos privados pois queriam manter seu acesso aos recursos públicos. Afinal, a burguesia só se torna a classe hegemônica pois além da economia controla também o poder político estatal, dessa forma, “A crítica dos atores privados ao Estado brasileiro ao longo dos últimos anos é, em grande medida, um exercício de disputa e de reconfiguração da situação de privatização do próprio Estado brasileiro.” (Gonçalves, 1994, p. 125), ou seja, a redução do estado é válida somente para os interesses dos trabalhadores, “os agentes econômicos privados têm recorrido sempre ao acesso privilegiado às finanças públicas, para defender seus interesses particulares.” (Tavares, 1995, p. 77).

---

<sup>5</sup> Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro foi realizar uma análise das reformas econômicas adotadas nos países da região. Para relatar as experiências de seus países estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. As conclusões dessa reunião é que se daria posteriormente a denominação de “Consenso de Washington”.

Nesse encontro foi validada a proposta neoliberal que o governo estadunidense já vinha recomendando por meio das entidades citadas, como condição para conceder cooperação financeira externa. (Batista, 1995)

O Brasil se alinhou de modo praticamente automático às políticas do Consenso de Washington, o que representou uma subordinação e dependência aos interesses econômicos estadunidenses, a vulnerabilidade externa é um elemento histórico-estrutural da economia brasileira, e isso se atualiza a partir do projeto neoliberal. Esse elemento representa mais uma das contradições do neoliberalismo, pois, ao mesmo tempo em que as potências, principalmente os Estados Unidos, promoviam as ideias de Estado mínimo e liberalização das economias periféricas, em seu próprio território através do aparelho estatal promoviam um conjunto de medidas protecionistas que dificultavam a entrada de empresas estrangeiras em seu país, exemplificando, no final dos anos 1970 a liberalização vinha se colocando como uma tendência, diante disso, ocorreram algumas mudanças institucionais diminuindo a regulamentação do Investimento Estrangeiro Direto - IED e Empresas Transnacionais - ET nos países em desenvolvimento, por outro lado, “Contrastando com a tendência anterior, cabe mencionar a aprovação de legislação nos Estados Unidos que permite maior controle sobre a atuação de ETs no território norte-americano” (Gonçalves, 1994, p. 65). Além disso,

A Lei de Comércio e Competitividade Internacional aprovada em 1988 incorpora na sua seção 721 elementos que dão ao presidente maiores poderes para limitar e até impedir fusões e compras de empresas norte-americanas (Gonçalves, 1994, p. 67).

Entretanto, a concepção de que o Estado é incapaz de resolver problemas econômicos sai vitoriosa, e a partir disso passou a aceitar-se, cada vez mais, a perspectiva de falência do Estado, contribuindo para a difusão de privatizações. Os próprios valores democráticos, necessários ao capitalismo, passam a ser questionados numa primazia do plano econômico em relação ao político. Nesse sentido, “o que se parece pretender, na verdade, é reduzi-lo a níveis tão ínfimos que desorganizariam a máquina estatal e podem comprometer até sua missão clássica” (Batista, 1995, p. 121). Entretanto, como já dito anteriormente, essa redução do papel do estatal foi concentrada nas questões sociais e trabalhistas. A burguesia continua se utilizando do Estado para fazer valer seus interesses, ou seja, o Estado deixa de funcionar unicamente para a ampla maioria da sociedade. Esse ataque ao papel do Estado se fortalece a partir do Consenso de Washington com suas propostas de abertura econômica para os países latino-americanos,

O Consenso de Washington, além de contraditório com as práticas dos Estados Unidos e dos países desenvolvidos em geral, contém, como pudemos apreciar, várias incoerências nos seus próprios termos. Revela-se em especial inadequado quando se tem em conta que sua avaliação e prescrições se aplicam de maneira uniforme a todos os países da região, independente das diferenças de tamanho, de estágio, de desenvolvimento ou dos problemas que estejam concretamente enfrentando (BATISTA, 1995, p. 130-131).

Entretanto, não podemos ser ingênuos em achar que as péssimas políticas do Consenso de Washington foram meros erros analíticos ou ocorreram por acaso, o cenário de desmonte

da estrutura política e econômica dos países latino-americanos é de muito interesse para que as potências, em especial os Estados Unidos, pudessem continuar exercendo seu poder imperialista sobre o mundo, ou seja, existe uma classe se beneficiando de todo esse cenário.

As políticas propostas pelo Consenso de Washington contribuem para intensificar a desnacionalização da economia brasileira, promovendo uma crescente nas remessas de lucros e dividendos para o exterior. Dessa forma, o Consenso de Washington tem como objetivo real recuperar as taxas de lucros dos países capitalistas centrais adentrando as economias latino-americanas, em um momento histórico de recomposição geopolítica, com o fim da URSS e o advento da mundialização capitalista, “Praticamente nenhum setor produtivo tem escapado ao avanço das empresas estrangeiras sobre a economia brasileira.” (Gonçalves, 1999, p. 76), além disso, “O processo de privatização realizado no primeiro governo FHC (1995-98) foi extraordinário, segundo quaisquer padrões históricos, inclusive, internacionais.” (Gonçalves, 1999, p.142). Essas privatizações, de maneira geral, intensificam-se a partir de 1995 e foram realizadas por meio da entrada do capital estrangeiro principalmente, o que retroalimenta o processo de desnacionalização, Nesse contexto, observamos disputas entre as frações internas da burguesia, uma vez que a entrada de capital estrangeiro vai ser tamanha e as empresas privadas começam a se sentir ameaçadas pela concorrência, por outro lado, os “Barões da privatização”<sup>6</sup> continuam contribuindo para a entrada de grupos estrangeiros na economia nacional, já que também estavam se beneficiando do contexto. Observamos, então, que a subordinação interna ao capital internacional aumenta.

Concomitante a esse cenário, no mundo do trabalho também vinham se processando mudanças. O modelo tradicional de organização fordista da produção estava sendo gradualmente substituído pelo Toyotismo, concretamente, se trata de uma ruptura no interior de uma continuidade, ou seja, existe a continuidade de alguns elementos e mudanças de outros. O primeiro envolve produção de grandes volumes, grandes estoques, uma restrita divisão do trabalho e a produção necessária para fabricação de mercadorias era em geral realizada toda internamente, portanto, com Ford, a novidade técnica repousa em termos de organização da produção no chão de fábrica com a introdução da esteira rolante, que ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa, conseguiu dramáticos ganhos de produtividade, além de intensificação, automatização e mecanização do processo de trabalho, consequência muito extenuante para os trabalhadores (Ribeiro, 2015). O segundo envolve menores volumes de produção, assim como baixo nível de estoques, maior capacidade de

---

<sup>6</sup> LOPES, Leite José e CARVALHO, Francisco Joaquim. Barões da privatização e capital estrangeiro. In: GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 219-221.

reagir a mudanças de mercado e custos reduzidos de produção terceirizando a fabricação de determinados elementos (Gonçalves, 1994).

Consideramos toyotismo o que pode ser tomado como a mais radical e interessante experiência de organização social da produção de mercadorias, sob a era da mundialização do capital. Ela é adequada, por um lado, às necessidades da acumulação do capital na época da crise de superprodução, e, por outro, ajusta-se à nova base técnica da produção capitalista, sendo capaz de desenvolver suas plenas potencialidades de flexibilidade e de manipulação da subjetividade operária (ALVES, 2000, p. 32).

Nesse sentido, foi o desenvolvimento da crise capitalista que constituiu os novos padrões de gestão da produção da mercadoria, não o contrário. Seu objetivo é manter a hegemonia do capital articulando novas formas de coerção e captura da subjetividade do trabalhador (Alves, 2000).

Essa nova fase organizacional do trabalho tem como finalidade essencial a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo ou eliminando trabalhos que não sejam vistos como produtivos, também utilizando reorganização tecnológica,

Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade de trabalho, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da “empresa enxuta” merecem destaque, e são citadas como exemplos a ser seguidos, aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que apesar disso tem maiores índices de produtividade (ANTUNES, 2020, p. 55).

O toyotismo pressupõe determinadas condições institucionais para que possa emergir de forma potente no mundo do trabalho e na subjetividade do trabalhador. Nesse sentido, o conjunto de transformações neoliberais na relação capital e trabalho assalariado, como desregulamentação de direitos trabalhistas (resultando em precarização, terceirização e fragmentação da classe trabalhadora) e destruição sindical através da redução do seu papel de atuação por meio de mudanças institucionais fazendo com que este seja cada vez mais uma entidade dócil politicamente, servem muito bem nesse contexto.

A relação da classe trabalhadora com o emprego passa a ser, cada vez mais, permeada pela insegurança. Se, no passado, era muito comum vermos pessoas que trabalharam quase a vida toda em uma mesma empresa, o cenário atual é de disputa por empregos que se encontram cada vez mais precarizados por conta da crescente desregulamentação das condições de trabalho. Observamos a expansão de formas de trabalho que desumanizam e alienam o trabalhador. Se expandem segmentos de trabalhadores e formas de trabalho flexibilizadas e terceirizadas com pouca ou nenhuma tradição sindical, o que contribui para que essa instituição esteja cada vez mais esvaziada. Dessa forma, o elemento da flexibilização do trabalho se coloca como estratégia de acumulação do capital.

Nacionalmente, no decorrer dos anos 1990, ocorre a passagem de um toyotismo restrito para um toyotismo sistêmico, ou seja, a implementação do toyotismo no Brasil ganha impulso somente com o advento neoliberal.

Ocorre um novo impulso a inovações tecnológico-organizacionais nas principais indústrias do país. Surge, aos poucos, um novo padrão de flexibilidade vinculado ao toyotismo, que se desenvolve ainda, nos anos 80, como “toyotismo restrito”. É o que poderíamos destacar como início de um novo complexo de reestruturação produtiva, que assumiria maior impulso apenas nos anos 90, indicando a constituição de um “toyotismo sistêmico” (ALVES, 2000, p. 113).

Não por acaso foi justamente nesse contexto que “surge” no Brasil a função de entregadores na década de 1980 e se expande na década de 1990, contexto que como demonstrado acima marca o início do dismantelamento das relações de trabalho e consolidação de um novo padrão produtivo, “A ocupação surgiu no Brasil, no início da década de 80, mais precisamente no ano de 1984. O primeiro empresário de serviços de moto-entrega de que se tem notícia foi Arturo Filosof.” (Oliveira 2003 apud Oliveira e Oliveria, 2020).

### **Entregadores e a precarização do trabalho plataformizado**

Com o incremento de novas tecnologias na produção diversas profissões qualificadas e semi qualificadas começaram a desaparecer ou entrar em decadência, como: ferramenteiros, soldadores, ponteadores, etc. Entretanto, o mero incremento de novas tecnologias na produção não possui por si só a capacidade de degradar o trabalho, isso ocorre por conta das determinações políticas as quais essas tecnologias servem. Passa a imperar então a necessidade de técnicos em programação e eletrônica e o que passa a ser exigido do trabalhador é a capacidade de operar uma máquina computadorizada. Assim, contribuiu para o desenvolvimento de uma classe trabalhadora cada vez mais fragmentada, ou seja, ao mesmo tempo em que parte dela eleva seu nível educacional e qualificação (dada a necessidade de operar as novas tecnologias implementadas nas empresas), outra parte, sendo a maioria dela em países como o Brasil, que não tem possibilidade de se adequar a essas novas exigências, se empregam em funções com pouca ou nenhuma necessidade de qualificação, em empregos precários, temporários e com níveis salariais inferiores, além é claro, de formar uma massa de desempregados.

O processo de desemprego é essencial para o capital, uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção

capitalista. Constitui-se, então, um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira absoluta (Marx, 2017). O exército industrial de reserva contribui, dentre outras coisas, para reduzir a remuneração da força de trabalho ativa, já que se tem uma grande oferta de mão de obra disponível para ser explorada, “Toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semidesempregada.” (Marx, 2017, p. 708), tornando esse mecanismo condição vital da indústria moderna. Nesse sentido, a partir de 1970 esse fenômeno tem nova vitalidade, desenvolve-se aquilo que alguns pesquisadores denominam de *subproletarização tardia* que é composta por trabalhadores assalariados de tempo parcial, temporários ou subcontratados, seja na indústria ou nos serviços, essa categoria é tão importante para a nova ordem do capital quanto o desemprego estrutural. Diante disso, por vezes a discussão sobre a quantidade de empregos acaba sobrepondo a discussão sobre a qualidade das novas formas de trabalho, ocultando que a subproletarização é um dos maiores problemas no mundo do trabalho no século XXI. (Alves, 2000)

Com a reestruturação produtiva propiciada pelo Toyotismo e o crescente incremento de tecnologias da informação e comunicação no mundo do trabalho, no Brasil e no mundo vemos, atualmente formas de trabalho cada vez mais plataformizadas<sup>7</sup>. O fato de muitas formas de trabalho hoje serem realizadas completa ou parcialmente online, pode levar ao equívoco de que se tenha superado a dimensão de alienação e sofrimento resultantes do trabalho subordinado ao capital. Entretanto, mais do que nunca o ser humano depende exclusivamente do trabalho assalariado para sobreviver. O enfoque dado exclusivamente às plataformas faz com que se torne nebuloso o fato de que ao olharmos essas plataformas na verdade estamos olhando grandes empresas que possuem a capacidade transnacional de explorar o trabalho e acumular capital, de modo que os trabalhadores vendem sua força de trabalho globalmente, mesmo que fisicamente estejam presos em suas localidades, e apesar disso aparecem para o consumidor e o próprio trabalhador como se fossem apenas aplicativos.

É o caso do trabalho *uberizado* ou trabalhador *just-in-time* e plataformizado que aqui compreendemos como o trabalho sob demanda em que ocorre a remuneração por tarefa/produzividade, tendo nas plataformas a dependência para sua execução. Nossa pesquisa se concentra especificamente no caso dos entregadores e/ou motoboys. Esses trabalhadores

---

<sup>7</sup> Compreendemos a plataformização como dependência e subordinação em relação às plataformas digitais para executar atividades de trabalho, sendo as plataformas novos meios importantes na qual as relações de trabalho passam a se estruturar, mais do que mero determinismo tecnológico enxergamos as plataformas digitais como sendo lugares em que se materializam transformações no mundo do trabalho e processos de precarização em curso a décadas (Abilio, Amorim e Grohmann, 2021).

sentem de forma latente a ausência de direitos que minimamente regulam seu trabalho, além de recair sobre si os custos do ofício. A categoria representa ao mesmo tempo a síntese de processos em curso há décadas e a tendência de trabalho que se apresenta no futuro (Abílio, Amorim e Grohmann, 2021).

Está no centro dessa forma de organização do trabalho a perda de estabilidade e clareza de regras, isto é, a relação de contratualidade está cada vez mais distanciada de um forma de contrato que estabeleça com clareza a relação salarial, jornada de trabalho, demonstrando como essa relação é amplamente marcada por instabilidade, incerteza e insegurança, desse modo, a subsistência do trabalhador está submetida a regras que ele pouco conhece. Não há vagas predeterminadas, os trabalhadores são sequer contratados, basta apenas se cadastrar, por trás do discurso do trabalho com maior autonomia se mascaram relações de franca subordinação ensejadas por esses aplicativos.

De 2002 até 2015, período anterior ao boom do trabalho plataformizado a quantidade de trabalhadores categorizados como entregadores quase triplicou (de 200 mil para 643 mil), entretanto, chama a atenção nesse contexto o forte processo de formalização observado entre os entregadores desse período, tendo a proporção de autônomos continuado reduzida, ao todo, a proporção de entregadores formais subiu de 55% em 2002, para 71% em 2015, como demonstrando os dados do PNAD abaixo.

TABELA 2  
**Distribuição de motociclistas por setor de atividade – Brasil**  
**2A – Painel A: motociclistas**

Ano	Total de motociclistas	Transporte de passageiros		Malote e entregas		Comércio		Alimentação	
		Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
2012	<b>501.801</b>	265.737	53,0	54.823	10,9	99.086	19,7	32.332	6,4
2015	<b>495.091</b>	259.047	52,3	45.369	9,2	89.011	18,0	52.995	10,7
2018	<b>666.970</b>	265.780	39,8	95.555	14,3	143.469	21,5	103.050	15,5
2020	<b>737.744</b>	221.298	30,0	234.202	31,7	141.375	19,2	100.959	13,7
2022	<b>981.149</b>	240.059	24,5	353.546	36,0	201.041	20,5	138.981	14,2

**2B – Painel B: proporção de formais e autônomos por tipo de atividade (%)**

Ano	Transporte de passageiros		Malote e entregas		Comércio		Alimentação	
	Formal	Autônomo	Formal	Autônomo	Formal	Autônomo	Formal	Autônomo
2012	0,92	90,79	40,2	43,4	66,8	0,0	31,9	0,0
2015	1,28	93,51	35,9	45,7	66,4	0,0	37,0	0,0
2018	1,05	94,01	20,1	65,8	61,0	0,0	27,2	0,0
2020	0,65	96,48	9,5	80,7	54,0	0,0	17,4	0,0
2022	0,34	95,56	6,3	82,6	55,0	0,0	19,1	0,0

Fonte: PNAD Contínua. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 26 abr. 2024.

Elaboração dos autores.

Podemos extrair desses dados que com o advento das plataformas acabam por retirar dos estabelecimentos e empresas a necessidade de contratação do entregador, já que por meio do aplicativo podem utilizar seu serviço de forma barata sem que necessariamente tenham que estabelecer algum vínculo contratual, já que essa relação de trabalho é intermediada pela empresa plataforma, que por outro lado, também não estabelece vínculo empregatício com o entregador, já que em sua perspectiva apenas conectam entregador, estabelecimento e consumidor, ou seja, intermedia essas relações.

As plataformas, através dos algoritmos, realizam remotamente estrito monitoramento sobre os entregadores, por meio do sistema de avaliação e compensação por tarefas estimulam a competição entre eles, mas, sempre transferindo as responsabilidades para os trabalhadores descaracterizando qualquer vínculo empregatício (Festi e Oliveira, 2023). Isso se torna muito evidente quando analisamos os Termos e Condições de uso Ifood para entregadores, no documento é constantemente reforçado que ao concordar com aqueles termos (condição necessária para poder se cadastrar no aplicativo e poder realizar entregas) o trabalhador entende que assume todos os riscos envolvidos na prestação desse serviço e que a entrega é de total responsabilidade do entregador, o iFood apenas realiza a conexão entre clientes, estabelecimentos e entregadores, portanto, se exclui de qualquer responsabilidade caso na execução do serviço o trabalhador tenha algum problema.

A tradição marxista nos mostra o quanto o trabalho é categoria central na vida humana, de modo que a forma como ele é realizado condiciona a vida social como um todo, em sua dimensão política e intelectual. Nesse sentido, o trabalho representa atividade vital para a humanidade. Em contrapartida, quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho e a um tipo de trabalho que é condicionado pelo lucro como ocorre no mundo capitalista ele se converte em algo alienante.

A concentração de renda tem se acentuado cada vez mais, mesmo que tentem ideologicamente sob a estratégia do empreendedorismo cooptar cada vez mais segmentos informais da classe trabalhadora. Por meio da mídia hegemônica tentam colocar no mesmo patamar o empreendedor e o grande empresário, mas, na realidade, o empreendedor nada mais é que um trabalhador de si mesmo ou just-in-time, sem nenhum tipo de garantia e direito, já que é transferido para si seu gerenciamento, mesmo que na realidade concreta esse gerenciamento esteja completamente subordinado à lógica da plataforma. O gerenciamento de si é anterior às plataformas e já se mostrava presente no toyotismo e nas políticas neoliberais com a gestão individualizada da sobrevivência.

As plataformas contribuem então para que se estruture um novo trabalhador, submetido às lógicas tayloristas que estruturam o trabalho, de modo a se internalizar no sujeito capturando sua subjetividade; autogerenciamento, autocontrole, autoeficiência, autoeficácia e responsabilização individual por sua qualificação profissional, por sua remuneração, por seus meios de trabalho (Abílio, Amorim e Grohmann, 2021).

Em contrapartida a todo esse cenário de crescente exploração a burguesia aumenta seus mecanismos ideológicos de abrandamento das atuais condições, sob a máscara de inclusão, diversidade e responsabilidade social que algumas empresas vêm utilizando, se apropriando de reivindicações históricas da classe trabalhadora, escondem informalidade, precarização e destruição do meio ambiente. O atual dicionário corporativo muda o conteúdo das palavras. Não somos mais trabalhadores, agora somos “colaboradores”, “parceiros”, fala-se muito sobre sustentabilidade e resiliência, enquanto, a realidade material é permeada por reestruturações que geram mais precarização, informalidade (Antunes, 2018).

Apesar da materialidade demonstrar que esses trabalhadores se encontram submetidos às determinações da plataforma, no senso comum impera a lógica da autonomia, nesse sentido, nos deparamos com uma das principais contradições desse tipo de serviço, pois, apesar de serem objetivamente trabalhadores a própria plataforma nega que o sejam, “Não há vínculo empregatício! A relação aqui é cível e comercial...não há qualquer relação de hierarquia, subordinação ou trabalhista com o iFood.” (iFood, 2023, p. 6). Ou seja, ao aceitar os termos e condições da plataforma o trabalhador aceita essa negação da sua condição de trabalhador, diante disso, se torna ainda mais difícil que possam recorrer institucionalmente a quaisquer direitos trabalhistas já que nessa lógica não são trabalhadores, essa situação evidencia o nível de extrema contradição e precarização do trabalho na contemporaneidade e a insuficiência de reivindicações institucionais para a categoria.

No que tange às empresas por trás das plataformas, são reconhecidas apenas como mediadoras se definindo apenas como empresas de tecnologia, camuflando-se a partir da neutralidade técnica se colocam apenas como responsáveis por promover encontros entre oferta e procura. Apesar disso, “elas detêm o poder de definir as regras do jogo sem fixá-las: determinam como opera a distribuição do trabalho, sua precificação, quem será incorporado e, também, quem é desligado ou bloqueado nas plataformas” (Abílio, Amorim e Grohmann, 2021, p. 39). E ainda assim negam expressamente que exista relação de hierarquia e subordinação, mesmo que na prática a forma como o trabalho se realiza seja definido pela empresa plataforma.

A forma de assalariamento por tarefa a qual esses trabalhadores estão subordinados tem condições extremamente negativas sobre as condições de vida e trabalho, na medida em que passa a ditar seu ritmo de trabalho pela produtividade, estabelecendo metas e jornadas mais intensas e longas em busca de melhores remunerações. Apesar das mutações expostas aqui, o cerne da exploração capitalista persiste o mesmo, visto que esses trabalhadores ainda estão separados dos meios de produção, estando ainda centralizado nas empresas o domínio sobre o capital e a produção, mesmo que nesse caso esteja se produzindo serviços. O fato do trabalhador ser proprietário do meio de transporte que utiliza para realizar as entregas acaba sendo um bônus para as empresas, visto que podem simplesmente se desresponsabilizar sobre ele, reduzindo custos.

Como o pagamento se dá por entrega realizada observamos que os entregadores realizam jornadas excessivamente longas, estendendo-se por mais de 10 horas por dia durante seis a sete dias na semana, fugindo ao padrão regido pelas leis trabalhistas, de modo que, possuem pouco tempo para realizarem descansos, refeições e outras necessidades fisiológicas, afetando diretamente a saúde desses trabalhadores, além disso, as plataformas também possuem um sistema de “premiações” para os entregadores que passam maior tempo conectados ao aplicativo e penalizam desconexões, entretanto, não recebem pelo tempo que passam conectados ao aplicativo, portanto, o tempo em que passam logado esperando aparecer uma entrega é tempo de trabalho não pago, já que estão a disposição da empresa, portanto, não existe um padrão na relação entre jornada e renda (Festi e Oliveira, 2023).

Dada a heterogeneidade da classe trabalhadora brasileira é possível observar que as formas de trabalho mais precarizadas ainda sejam realizadas recorrendo a força de trabalho da população negra, é o caso dos entregadores em que a ampla maioria é composta por homens negros, fazendo com que essa camada viva com níveis de exploração mais intensos além de condições de vida acentuadamente precarizadas, a exploração capitalista no Brasil possui contornos marcadamente racistas,

Após o 13 de Maio e o sistema de marginalização social que se seguiu, colocaram-no como igual perante a lei, como se, no seu cotidiano da sociedade competitiva (capitalismo dependente) que se criou, esse princípio ou norma não passasse de um mito protetor para esconder desigualdades sociais, econômicas e étnicas (MOURA, 2020, p. 215)

Portanto, em relação ao perfil desses trabalhadores, dados levantados em Recife e no DF demonstram que a “A maioria dos/as entrevistados em ambas as capitais se identificou como homens, não brancos e muito jovens.” (Festi e Oliveira, 2023, p. 66) razão pela qual a

pesquisa levará em consideração as dinâmicas racistas a qual estão submetidos. A principal razão que motiva os trabalhadores a se tornarem entregadores de aplicativos se dá pela necessidade de complementar renda e falta de oportunidade de outros empregos (nesse sentido somos obrigados a retornar a reflexão anteriormente feita sobre a importância do exército industrial de reserva e do desemprego propiciado pelo toyotismo, não só para barateamento da força de trabalho formalmente empregada, mas, também para ampla aceitação de trabalhos degradantes), no caso de países em desenvolvimento como o Brasil é possível observar que as entregas acabam sendo a fonte de renda principal em muitos casos.

Entretanto, a lógica destrutiva do capital apesar de ser múltipla em aparência, principalmente ao levarmos em conta o âmbito das opressões, sua gênese ainda é a exploração de uma classe sobre a outra e é isso que pode unir uma classe tão heterogênea enquanto a classe trabalhadora.

### **Considerações finais**

Analisando alguns relatos sobre as percepções que os entregadores tem de seu trabalho dizem que essa tem sido uma das únicas alternativas de ocupação e renda disponíveis e consideram como um ponto positivo o fato de poderem fazer seu próprio horário sem estar submetido a uma lógica rígida do trabalho formal, muitos também acreditam que o trabalho formal impede que se ganhe mais, ou seja, o salário já está definido e como autônomos existe a possibilidade de ganharem mais de acordo com sua produtividade, como se sendo autônomos uma ascensão social fosse mais possível do que sendo CLT. Este último elemento representa concretamente uma ilusão, apesar de alguns realmente conseguirem ganhar mais que um salário mínimo acabam pagando para trabalhar, uma vez que todos os custos para executar a função, como combustível para a moto e manutenção na mesma ficam a seu encargo.

Percebemos como a flexibilidade e autonomia se tornaram ideologicamente elementos positivos que servem para mascarar a exploração e como a lógica neoliberal de o indivíduo ser o único responsável pelo seu sucesso (sucesso sendo entendido como riqueza) sair vitoriosa nesse contexto, como demonstram os relatos extraídos da pesquisa *Entregadores de aplicativos no Brasil: entre a subordinação e a “autonomia”*: “Eu acho que com carteira assinada eles vão querer prender mais a gente, vão querer escravizar mais ainda a gente”; “Eu faço meu próprio horário e não tenho que ficar ouvindo chefe, essas coisas.”; “No trabalho com carteira assinada, a gente depende deles e a gente tem que fazer o que eles querem e eu não sou assim, eu quero trabalhar pra mim mesmo”.

Desses relatos podemos perceber algumas contradições, existe atualmente no mundo do trabalho uma dicotomia entre o trabalho formal, CLT e o trabalhador informal, autônomo em que ideologicamente todos os pontos positivos ficam para o segundo, já que seria um trabalho menos opressivo, entretanto, na prática a opressão é a forma de ser do trabalho na sociedade capitalista, visto ele está sempre a serviço do lucro e não da humanidade, portanto, os entregadores não estão errados quando dizem que o trabalho CLT está subordinado aos interesses de outrem que não os do trabalhador, historicamente é possível observar que os modos de organização do trabalho anteriores (Taylorismo e Fordismo) custaram muito a fazer a humanidade se acostumar com o trabalho da forma como se dá no capitalismo, entretanto, sendo entregadores de aplicativos eles também estão subordinados como já demonstramos, mesmo que não exista um indivíduo materializado na frente deles dando ordens, estão seguindo um conjunto de regras que não são sequer negociáveis e o iFood é muito enfático com isso no seu documento de Termos e Condições. Portanto, sobram a eles toda a lógica da opressão do trabalho presente também no cotidiano dos trabalhadores formais só que sem quaisquer tipo de direitos que garantam minimamente sua existência.

Concretamente a relação não é de autonomia, para se caracterizar uma relação de autonomia tanto a empresa quanto o trabalhador teriam que estar em relação de igualdade e mesmo que (como citamos acima) a empresa diga que estão, portanto, caracterizam a relação como autônoma, a pesquisa repousa sobre uma bibliografia que demonstra cientificamente o contrário, portanto, não há relação de autonomia entre entregador e plataforma, sequer determinam o valor de seu trabalho, isto é, quanto receberá pela entrega é determinado pelo aplicativo sem abertura para negociação.

A exploração é a forma de ser do trabalho dentro da sociedade capitalista. Historicamente, o modo como o trabalho se realiza no capital tem sido mais ou menos marcado pela precarização, tudo isso depende do contexto histórico/social do momento e da capacidade de organização e confrontação da classe trabalhadora. Em países periféricos como o Brasil, esse cenário se acentua, pois, a superexploração do trabalho é um elemento estrutural do capitalismo brasileiro devido a forma que o país foi inserido na economia internacional, ou seja, mais do que nunca o atual cenário mostra como nenhuma conquista de direitos no capitalismo é plena, e sempre podemos ver todas as conquistas se perderem a depender do contexto, pois, “Para o capitalista, a aplicação mais útil do capital é aquela que lhe rende, com igual segurança, o maior ganho. Esta aplicação não é sempre a mais útil para a sociedade.” (Marx, 2021, p. 46).

Diante do exposto, urge compreendermos as novas relações de trabalho e seus impactos na classe trabalhadora, mais especificamente nos entregadores, o trabalho como já dito anteriormente dada a sua centralidade no próprio processo de desenvolvimento humano interfere em todas as outras esferas da vida social, alterando conseqüentemente as formas de organização e luta dessa classe, visto que a categoria dos entregadores não possui tradição sindical e compreende que esta é o meio tradicional de luta dos trabalhadores, pretendemos nos debruçar também quais formas de luta se apresentam para a categoria no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ABILIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 23, n. 57, p. 26-56, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/XDh9FZw9Bcy5GkYGzngPxwB/?lang=pt>. Acesso em 25 de Fevereiro de 2025.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BATISTA, Nogueira Paulo. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: **Em defesa do interesse nacional: Desinformação e alienação do patrimônio público**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

FESTI, Ricardo; OLIVEIRA, Roberto Veras. Entregadores de aplicativos no Brasil: entre a subordinação e a “autonomia”. **Contemporânea**. São Carlos, v. 13, n. 1. p. 55 - 80, 2023. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1217>. Acesso em 4 de Fevereiro de 2025.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e Desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, Reinaldo. **Ô abre-alas: A nova inserção do Brasil na Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GROS, Denise Barbosa. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 565-590, 2008. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2188>. Acesso em 20 de Fevereiro de 2025.

I FOOD. **Termos e condições de uso ifood para entregadores**. 2023. Disponível em: <https://entregador.ifood.com.br/wp-content/uploads/2023/02/Termo-de-uso.pdf>. Acesso em 5 de Fevereiro de 2025.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2021.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

OLIVEIRA, Íris Maria; OLIVEIRA Vivian Lucia Rodrigues. As particularidades do trabalho dos motoboys no contexto brasileiro. **Revista direitos, trabalho e política social**. Cuiaba, v. 6, n. 11, p. 158-175, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/10674>. Acesso em 29 de fevereiro de 2025.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**. São Paulo, v. 19, n. 35, p. 65 - 79, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/26678>. Acesso em 14 de Março de 2025.

TAVARES, Conceição Maria. O dissenso de Washington. In: **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.